

**ATA DA 69ª (SEXAGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.**

Sessão realizada aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quinze minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar César Augusto de Paiva Maia, com os trabalhos do 1º secretário Thiago Fernandes da Silva e do 2º secretário interino José Michael Lucena Diniz. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, Leonardo Lima da Costa, Rômulo Dantas da Silva, Sérgio Murilo Muniz de Araújo, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirino, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Serginho Muniz para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Filipenses, capítulo 4, versículo 13. O presidente solicitou ao 2º secretário interino a leitura da ata da 38ª (trigésima oitava) Sessão Ordinária, realizada no dia 6 de maio de 2025. O presidente agradeceu ao 2º secretário interino e iniciou a discussão e votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Emendas ao Projeto de Lei n. 089/2025 - "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal) : Emendas ns. 1, 2, 3, 4, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 119 e 120, de autoria do vereador Michael Borges de Souza Bernardino; Emendas ns. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 208, 209, 210, 211 e 221, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Emendas ns. 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 179, de autoria do vereador José Michael Lucena Diniz; Emendas ns. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33, de autoria do vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro; Emendas ns. 49, 50, 51, 52 e 53, de autoria do vereador Rômulo Dantas da Silva; Emenda n. 54, de



**CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM**  
**Mesa Diretora**  
**Lido na Sessão**

Data: 30/09/2025  
Maíge Fernandes  
1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM**  
**Mesa Diretora**  
**Aprovado na Sessão**  
**Única Votação**  
Data: 30/09/2025  
Maíge Fernandes  
1º Secretário

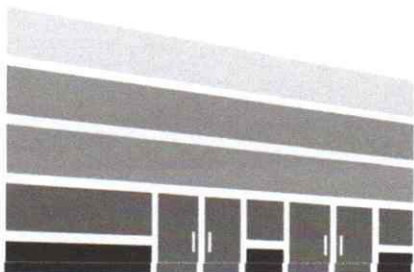
autoria do vereador Diego Américo de Carvalho; Emendas ns. 75, 76, 77, 118, 149 e 182, de autoria da Bancada de Oposição (vereadores: Gabriel César, Jonas Godeiro e Thiago Fernandes); Emendas ns. 78, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206 e 207, de autoria do vereador Sérgio Murilo Muniz de Araújo; Emendas ns. 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Emendas ns. 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 117, de autoria da vereadora Raphaela da Silva Cruz; Emendas ns. 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220 e 222, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Emendas ns. 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 180 e 181, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira; Emendas ns. 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176 e 177, de autoria do vereador Marcos Antônio Gomes da Silva. O 1º secretário solicitou que desconsidere as emendas lidas como indicações; são todas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Continuando a leitura do expediente: Projeto de Lei Complementar n. 08/2025 – “cria o Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDH, no âmbito do Município de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal); Projeto de Lei Complementar n. 09/2025 – “altera dispositivos da Lei Complementar n. 156, de 04 de setembro de 2019, que institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, no âmbito do Município de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal); Projeto de Lei Complementar n. 010/2025 – “altera a Lei Complementar n. 209, de 21 de junho de 2022, que dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Agentes de Trânsito da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade Urbana - SESDEM e dá outras providências” (autoria: Poder Executivo Municipal); Projeto de Lei Ordinária n. 170/2025 – “institui o letramento racial sobre a cultura negra no cotidiano escolar na rede municipal de ensino de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos); Projeto de Resolução n.



021/2025 – “autoriza a transferência temporária da Câmara Municipal de Parnamirim/RN para o Bouganville Hall - Espaço e Buffet, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora); Requerimento Legislativo n. 195/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31, da Constituição Federal, no artigo 39, da Lei Orgânica do Município de Parnamirim, e no artigo 150, § 5º, incisos VII e VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja incluído em pauta o Projeto de Lei de n. 034/2025” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador José Afrânio Bezerra da Silva); Requerimento Legislativo n. 196/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31, da Constituição Federal, no artigo 39, da Lei Orgânica do Município de Parnamirim, e no artigo 150, § 5º, incisos VII e VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, a realização de Sessão Solene para outorga da Comenda de Honra ao Mérito Garçom de Ouro” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino); Requerimento Legislativo n. 197/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 100 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, a realização, em mês e data a serem definidos, das seguintes Sessões Solenes, conforme descrição abaixo: Sessão Solene Comenda Dr. Mário Medeiros – Resolução n. 010/2024; Sessão Solene Vereador Idoso por um Dia – Resolução n. 019/2021, alterada pela Resolução n. 011/2023; Sessão Solene Comenda Mérito Desportivo Severino Miguel do Nascimento (Miguel Caenga) – Resolução n. 013/2018, alterada pela Resolução n. 014/2023 e Sessão Solene Comenda Glícia Moura – Resolução n. 010/2023” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Requerimento Legislativo n. 199/2025 – “requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31, da Constituição Federal, no artigo 39, da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 150, § 5º, incisos VII e VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, a realização de Audiência Pública com o tema: Linha de Cuidado às Pessoas com Trombofilia no âmbito do Município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino); Requerimento Legislativo n. 200/2025 – “requer, nos termos do art. 100 do Regimento Interno desta Casa



Legislativa e ouvido o Plenário, que seja realizada uma Sessão Solene no mês de agosto do corrente ano, em homenagem aos profissionais da Educação Infantil do Município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Raphaela da Silva Cruz); Requerimento Legislativo n. 203/2025 – “requer, com fundamento no artigo 150, Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja autorizada a reinserção em pauta do Projeto de Lei n. 150/2024 que dispõe sobre a Semana Municipal de Conscientização da Doença do Transtorno Bipolar no Município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Moção de Aplauso n. 108/2025 – “moção de aplausos ao jovem artista Lucas Gabriel Vasconcelos Martins, conhecido artisticamente como Luca Martins, pela sua dedicação, talento e relevante contribuição à cultura musical de Parnamirim e do Rio Grande do Norte” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Raphaela da Silva Cruz); Indicação n. 1299/2025 de autoria do vereador Sérgio Murilo Muniz de Araújo; Indicações ns. 1304/2025 e 1305/2025, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Indicações ns. 1308/2025 e 1320/2025, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 1340/2025 e 1384/2025, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; Indicações ns. 1361/2025 e 1362/2025, de autoria do vereador Rômulo Dantas da Silva; Indicação n. 1366/2025 de autoria do vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki; Indicações ns. 1368/2025 e 1369/2025, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 1374/2025 e 1375/2025, de autoria da vereadora Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 1380/2025 e 1381/2025, de autoria do vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro; Indicações ns. 1389/2025 e 1390/2025, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Ofícios ns. 223/2025, 247/225 e 248/2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Parnamirim – Gabinete Civil. O 1º secretário informou que o expediente foi lido. O presidente agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como oradores inscritos os vereadores (as): Irani Guedes, Gabriel César, Michael Diniz e Rhalessa de Clênio. O presidente César Maia convidou o vereador Irani Guedes para ocupar a tribuna. O vereador iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e solicitou para falar de seu assento, pois falaria



rapidamente para dar seguimento às ações de fiscalização que vinha realizando. Lembrou que, na semana anterior, tratou da questão dos psiquiatras e que na quinta-feira passada anunciou que na segunda-feira seguinte, 14 de julho, iniciaria o atendimento com psiquiatra no Centro de atenção Psicossocial II - CAPS II, localizado no centro da cidade. Relatou que na manhã de ontem esteve na unidade, onde havia vinte pacientes sendo atendidos pelo médico psiquiatra, e conversou com os pacientes, com a equipe e com a diretora da instituição. Acrescentou que registrou em vídeo o início das atividades do psiquiatra e que, ao retornar, enviou um ofício ao secretário municipal de saúde, Sr. Rogério, solicitando que fosse destinado um psicólogo ao CAPS II, pois a unidade não dispõe desse profissional, o que é necessário para que o tratamento seja correto e completo. Reforçou que já encaminhou o ofício à Secretaria de Saúde para que providencie esse profissional para a instituição. Finalizou seu pronunciamento agradecendo à diretora pela recepção, à prefeita Nilda e ao secretário de saúde pela contratação que permitiu atender as necessidades do município. O presidente agradeceu ao vereador Irani Guedes e convidou o vereador Gabriel César para ocupar a tribuna. O vereador iniciou seu pronunciamento saudando a todos e informou que usava a tribuna para, mais uma vez, falar sobre a situação da educação do município. Lembrou que por diversas vezes esteve naquela tribuna relatando a situação do Centro Municipal de Educação Infantil - Cmei Tio Hermes e que, na semana anterior, havia indagado se iriam esperar acontecer uma tragédia para fazerem alguma coisa no centro infantil, já que o teto poderia ceder e cair na cabeça das crianças. Contou que enviou ofícios à Secretaria de Educação, mas nada foi feito. Com isso, disse que na sexta-feira, às 17 horas, recebeu uma ligação informando que parte do telhado de PVC do citado centro infantil havia cedido e caído. Relatou que, graças a Deus, as diretoras haviam suspenso as aulas do nível 5, caso contrário, a estrutura teria caído sobre crianças de 5(cinco) anos. Disse que avisou várias vezes na tribuna que poderia acontecer um acidente e, mesmo assim, nada foi feito, além dos problemas de curto-circuito, devido a condições elétricas precárias, tornando inviável o funcionamento da escola como está, sendo um risco iminente às crianças. Reforçou que falou na tribuna e provocou o Executivo, mas nada foi feito. Disse que as aulas estavam suspensas e que a diretora lhe informou que, na própria



sexta-feira pela manhã, uma equipe da secretaria esteve na unidade para fazer uma vistoria e que seria enviado um engenheiro para avaliar a situação, mas essa visita não aconteceu. Disse não saber se já fizeram o reparo e informou que iria pessoalmente para verificar a situação. Ressaltou a preocupação dos pais, e que, além do problema da infraestrutura, ainda existe a questão da falta de merenda escolar. Relatou que muitas escolas e Cmeis estavam com falta de merenda: algumas possuíam cereais e algumas verduras, enquanto outras não tinham proteína nenhuma, sendo que a única proteína entregue recentemente havia sido ovos. Narrou que esteve no Cmei Professora Ivete Maria, no bairro Santos Reis, onde recebeu denúncia de um pai afirmando que na quinta-feira o filho só havia comido feijão com arroz, devido à falta de proteína. Em conversa com a diretora, foi informado que houve um problema na entrega das proteínas, e que, na semana anterior, a escola havia recebido apenas 5kg (cinco quilos) de carne na segunda-feira, dia 7, para atender 136 (cento e trinta e seis) crianças. Disse que a merendeira explicou que a proteína duraria apenas 1 (um) ou 2 (dois) dias, porque são servidas quatro refeições diárias. Portanto, a quantidade era totalmente insuficiente. Além disso, também estava faltando polpa, assim como na Escola Municipal Historiador Hélio Galvão, onde encontrou situação semelhante. Já na Escola Municipal Professora Francisca Bezerra, fato que gerou grande repercussão nas redes sociais, a situação não era diferente: havia cereais como arroz e macarrão, mas no dia da visita não havia verduras nem proteínas, e as crianças comeram cuscuz com leite, que só foi servido porque o cuscuz havia chegado depois da fiscalização. Questionou como ficavam as crianças intolerantes à lactose, que não poderiam fazer aquela refeição. Disse que, se não está chegando merenda, alguma coisa está acontecendo e que não sabem se o problema é na licitação. Questionou o que a prefeita e a secretária de educação estão fazendo para resolver essa situação e afirmou esperar que alguma medida a curto prazo seja tomada para corrigir a questão das merendas. Recordou que no início do ano foi feita uma dispensa de licitação para contratar uma empresa para evitar a falta de merenda, mas o problema se repete, como já havia acontecido em março na Escola Municipal Professora Eulina Augusto, em Nova Esperança, onde faltou merenda e proteína. Disse que a situação se repete agora, com crianças indo para as aulas sem nenhuma



proteína devida. Fizeram agora a entrega de ovos e espera que nesta semana as entregas das proteínas sejam regularizadas. Em aparte, o vereador Eder Queiroz disse que, se tratando da educação, iria fazer um apelo. Discorreu que no final de semana circulou em um blog, onde a blogueira disse que o Centro Infantil Dona Liquinha Alves estava sem professor, enquanto o Litoral fazia festa, inclusive postando um vídeo em que ele aparecia dançando com a prefeita. Mencionou que essa mesma blogueira recebe recursos desta Casa e estava difamando os vereadores. Explicou que, na realidade, a escola está apenas há 5 (cinco) dias sem professora, pois a docente pediu o distrato com a educação, sendo oriunda do último concurso, e pediu para sair por ter recebido outras propostas. Disse que entrou em contato com a secretária de educação, Eliza Toscano, que informou que estão chamando o cadastro de reserva, já que existe concurso. Ressaltou que esse tipo de ação por parte da blogueira surpreende, pois ela recebe desta Casa, principalmente por se tratar de informações falsas, pois há uma semana ela publica que a escola está há vários meses sem professora, o que não é verdade. Destacou, ainda, que, por ter sido presidente da Comissão Permanente de Educação nos anos anteriores, conhece as dificuldades enfrentadas e que a contratação de um profissional de concurso não é imediata, havendo necessidade de apresentação de documentação e trâmites legais até a chegada do professor na escola. Acrescentou que a blogueira não pode inventar *fake news*, pois o vídeo foi feito no final de semana, quando a escola estava fechada. Por fim, afirmou que pretende apresentar uma moção de repúdio para que ela fale a verdade e mostre os fatos reais. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante e disse que recebeu mais uma denúncia sobre o Cmei Etenize Xavier, onde várias salas estão sem auxiliar e as aulas ocorrendo até às 9h. Disse que a (o) denunciante pediu para ele fazer uma visita à escola. Em aparte, o vereador Ítalo Siqueira saudou a todos e disse que a questão da merenda escolar era um ponto muito sensível; que já havia sido abordado na semana anterior, inclusive pelo vereador Michael Borges, ressaltando a necessidade de atenção. Afirmou que desde a gestão passada defendia a descentralização, pois entendia que quem conhecia os problemas de cada escola eram os gestores responsáveis por ela. Explicou que, no âmbito estadual, esse modelo já vinha sendo aplicado há algum tempo, funcionando por meio de um pregão eletrônico, no



qual as empresas habilitadas, atendendo aos requisitos legais, da agricultura familiar por exemplo, eram selecionadas e, a partir disso, os gestores contratam diretamente e se responsabilizam pela merenda da escola. Acrescentou que essa descentralização permitia adequar a alimentação às necessidades específicas de cada unidade escolar. Disse que defendia esse modelo há bastante tempo por considerá-lo o mais eficiente, pois no estado funciona. Reforçou que, se houver um problema em uma escola, o gestor é responsável. Mencionou que no passado, na gestão de Agnelo Alves, houve problemas porque alguns gestores compraram errado, mas que essa questão já havia sido resolvida com a criação dos caixas escolares. Ressaltou que descentralizar seria positivo para a prefeita, pois a responsabilidade passaria a ser do gestor da escola, e não dela. Concluiu reafirmando sua defesa pela descentralização, com a confiança de que, com os gestores à frente desse processo, haveria avanços significativos nessa pauta levantada pelo tribuno. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante e disse que considerava a descentralização uma das soluções e acrescentou outra sugestão que, segundo ele, vem sendo sugerida, desde o seu primeiro mandato, à Secretaria de Educação, no sentido de que seja criado na própria Secretaria de Educação um setor de engenharia e um setor de Comissão Permanente de Licitação - CPL, para poder realizar licitações e ter um setor específico para isso. Explicou que a Secretaria de Obras não consegue dar conta das inúmeras demandas, pois não existe corpo técnico suficiente para suprir as necessidades da educação e demais pastas. Defendeu novamente a criação de um setor de engenharia e CPL dentro da Secretaria de Educação, pois assim haveria autonomia. Comentou ainda que o professor Ítalo Siqueira havia falado sobre a questão da merenda e declarou que, se a sugestão ou a solução fosse essa, que fosse feito, mas o que não podia acontecer era as crianças chegarem na escola ou no Cmei e não terem merenda, sendo obrigadas a sair mais cedo. Destacou a situação de um pai que está no trabalho e recebe uma ligação ou mensagem avisando para buscar os filhos porque não há merenda naquele dia, questionou como esse pai poderia proceder, já que havia planejado a logística para pegar o filho no horário certo. Ademais, muitas crianças fazem a primeira refeição do dia na escola, pois muitas vezes não têm o que comer em casa, e que, infelizmente,



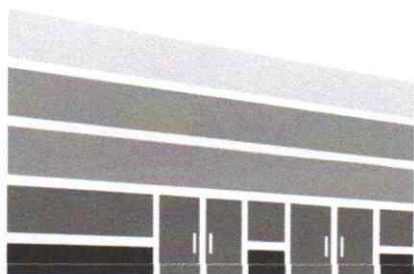
essa situação se repete, gerando indignação. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio disse que ouviu atentamente a fala proferida e que acredita ser uma preocupação de todos os parlamentares da Casa, pois todos possuem sensibilidade, principalmente quando se trata de um problema que vai além da educação, atingindo a questão social, a alimentação, a base e a estrutura familiar. Reportando-se ao passado e à memória seletiva de alguns parlamentares, afirmou que foi a única a apresentar, na gestão passada, um pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Educação, diante das fragilidades constatadas nas fiscalizações, o que gerou condutas judiciais para um ajustamento necessário, enfatizando que quem assume o bônus assume também o ônus. Alegou que o compromisso da prefeita, da gestão e de todos aqueles que têm comprometimento, é lutar por uma educação de qualidade para que as coisas aconteçam, independentemente de bandeiras partidárias. Disse acreditar que o trabalho fiscalizador do tribuno é bem pontuado, mas destacou que também é preciso esclarecer que o Cmei Maria do Socorro de Araújo Menezes, o Cmei Tio Hermes, A Escola Municipal Professora Ivanira de Vasconcelos Paisinho, a Escola Municipal Professor Luiz Maranhão Filho, a Escola Municipal Manuel Vicente de Paiva, a Escola Municipal Maria Fernanda Saraiva e a Escola Municipal Jornalista Rubens Manuel Lemos passarão por transformações mediante as condutas que precisam ser ajustadas, uma vez que existe um retrocesso de 8 (oito) anos sem avanços na educação, e que agora será corrigido. Retornando à questão da merenda escolar, afirmou acreditar que muitas crianças sobrevivem com a merenda escolar, diante das dificuldades enfrentadas pelos pais de família e, por isso, querem ter condições necessárias de ofertar um ensino de qualidade aliado a uma alimentação saudável. Corrigiu uma informação, dizendo que já existe dieta especial para alunos com intolerância à lactose. Informou que, como líder do governo, se reunirá ainda hoje com a secretária de educação e com os responsáveis técnicos para obter respostas em tempo hábil, pois não admitem esse tipo de situação e que, caso esteja ocorrendo de fato, será corrigida. Por fim, reforçou que existe um compromisso em ajudar o governo e que os parlamentares tragam as fiscalizações, mas que o trabalho seja executado com qualidade. O vereador Gabriel César agradeceu à aparteante e sugeriu que fosse criada uma CPI da educação. Disse que faria



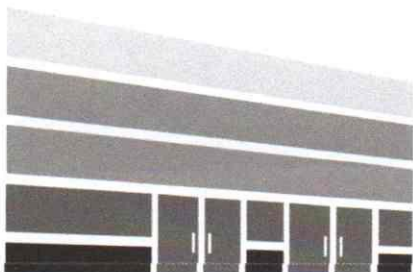
esse pedido para que fosse possível saber o que realmente está acontecendo na educação do município de Parnamirim e, se necessário, também poderiam ser criadas CPIs para outras pastas. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes parabenizou a pauta e afirmou que, como havia sido colocado pelo tribuno, seria realmente importante a criação de uma Comissão Especial de Inquérito - CEI ou CPI para investigar diversas ações que estão acontecendo, não só na Secretaria de Educação, mas em outras áreas. Disse que a vereadora que o antecedeu, vereadora Rhalessa de Clênio, havia falado a respeito de informações, então, disse que iria cobrar mais uma vez: tem requerimentos desde o início do ano legislativo, que até o momento não chegaram respostas, inclusive da primeira semana de aula, quando ficou de ser repassado a lista das escolas que estavam recebendo merenda. Acrescentou que há uma lista das escolas que passarão por reformas ou melhorias que ninguém tem acesso, porque muda dependendo da proximidade e que não sabe quais são os critérios para definir qual instituição será reformada. Pelas redes sociais, disse que viu uma reunião no Cmei Tio Hermes, mas não sabe se a reunião foi para informar sobre o incidente ou para tratar da mudança. Disse que estava aguardando o extrato da escola que já foi locado, para que esses alunos não tenham o ano letivo prejudicado. Espera que essas informações acerca da merenda venham porque, como já foi dito, muitas crianças vão às escolas também para se alimentar, pois é a única alimentação que têm, porque são famílias em situação de vulnerabilidade. Informou que existem 7 (sete) nutricionistas, caso engano, todas muito capacitadas, e que deveria haver essa especificidade, dependendo do aluno. Aproveitou para falar também sobre outra fragilidade, agora relacionada à assistência social, acerca das cestas básicas e das diárias especiais, destacando que tudo está bagunçado. Lembrou o que foi prometido na Mensagem Anual nesta mesma tribuna, de que no primeiro dia de aula haveria merenda, fardamento e material escolar, mas que nada disso aconteceu. Até hoje, não houve fardamento, nem merenda, e que nem as aulas começaram no dia previsto, pois na madrugada do início das aulas houve adiamento. Recordou que a merenda que chegou para a primeira semana era apenas bolo congelado. Concluiu dizendo que há diversos pontos que infelizmente estão acontecendo, reforçando que não torcem pelo pior. Parabenizou mais uma vez o tribuno pela



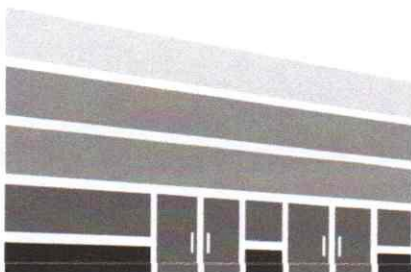
fiscalização e por essa luta, não só dele, mas de tantos outros. Por fim, comentou que foi dito que algumas pessoas têm memória seletiva, concordando com isso e acrescentando que a cada dia percebe mais essa memória seletiva em alguns, pelo que vêm defendendo e propondo, coisas que em outros tempos seriam diferentes. O vereador Gabriel César agradeceu ao vereador Thiago Fernandes e concedeu um aparte ao vereador Diego Américo, que declarou que não poderia se abster de falar sobre educação. Explicou que queria fazer um resgate lembrando os 5 (cinco) anos em que estão na Casa Legislativa. Relatou que, pós-pandemia, juntamente com o vereador Gabriel César, se reuniam no estacionamento pedindo o retorno das atividades educacionais, tendo sofrido muita pressão naquela ocasião, pois algumas pessoas entendiam de forma diferente, mas eles defendiam o retorno por compreenderem a importância naquele momento. Afirmou que sempre falou que aquele período de pandemia deveria ter sido usado para a reestruturação educacional e que isso não aconteceu. Comentou que achava curioso se falar agora em abrir uma CPI quando, no momento mais importante, não houve essa iniciativa. Disse que, por isso, muitas vezes afirma que a professora Nilda vem desenvolvendo uma política nunca antes vista, enfrentando uma pressão muito grande da classe política, esclarecendo que não se referia aos vereadores, mas a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na política do município. Alegou que se trata de uma espécie de perseguição, pois agora se fala em CPI na educação, quando, no passado, em um momento mais necessário, isso não foi cogitado. Questionou os motivos de só agora se falar em CPI. Recordou as vezes que estiveram em ônibus paralisados por falta de combustível e de estrutura mínima para o estudante. Evidenciou que atualmente há avanços no transporte escolar e que, embora ainda existam muitas falhas, os avanços são reais. Lembrou o episódio em que encontrou alimentos da merenda, como feijão e arroz, armazenados de forma inadequada, com gorgulhos, e os levou até a Secretaria de Educação, questionando o que foi feito na ocasião, se houve abertura de CPI. Declarou que a educação tem problemas infinitos, mas também tem avanços. Acrescentou que são 67 (sessenta e sete) unidades escolares e que sempre haverá alguma coisa deteriorada. Recordou que, na Audiência Pública de 2021, ele próprio pediu a criação de uma “CPL” na educação e a



descentralização da merenda escolar. Defendeu que é preciso elencar também os avanços que vêm ocorrendo na educação e questionou quantas reformas foram feitas e entregues nas unidades escolares nesses 5 (cinco) anos. Observou que, nos últimos 6 (seis) meses, já se percebe um avanço, apesar de reconhecer que há falhas e que sempre um professor irá faltar e, por isso, defendeu a criação de um banco de professores reservas para substituir os docentes afastados por licença ou atestado médico. Reforçou que é preciso deixar a prefeita trabalhar, desenvolver o seu trabalho, pois acredita que isso já vem ocorrendo. Afirmou que até a Audiência Pública, no dia 4 de agosto, os resultados serão apresentados pela Secretaria de Educação de forma estatística. Finalizou colocando-se à disposição para contribuir com qualquer pauta por meio do seu mandato. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante e disse que todos querem que a prefeita trabalhe, que a torcida é para que ela resolva os problemas de Parnamirim, pois a população não aguenta mais. Acreditou que provavelmente a CPI não foi aprovada na legislatura passada porque, inclusive, alguns colegas que faziam parte da Comissão de Educação, integravam a base. Explicou que, portanto, existe sim uma memória seletiva, pois comentam que há 8 (oito) anos havia problemas, mas, durante esse período, fizeram parte daquela gestão. Em aparte, o vereador Michael Borges parabenizou todos os vereadores pelos posicionamentos e pelas defesas, cada um com seu ponto de vista e cada um apresentando a ótica pela qual enxerga o momento em que se vive na educação. Ao observar o formato dos discursos, cada vereador que falou teve um pouco de razão dentro das suas observações. Explicou que seu objetivo ao pedir um aparte não foi para falar do problema em si, mas para falar de um instrumento que, por repetidas vezes, foi trazido ao fórum dessa discussão, que é a CPI. Disse que as CPIs apresentadas na Casa não foram aprovadas porque os elementos apresentados não eram suficientes e que, no momento em que for apresentada uma CPI com elementos suficientes para sua aprovação, ela será aprovada, pois, do contrário, os vereadores presentes não terão coragem de sair às ruas. Afirmou que o mesmo critério será analisado em qualquer CPI apresentada nos dias atuais, reforçando que uma CPI não é um instrumento qualquer, mas um instrumento muito sério que mobiliza a cidade, a classe política e a imprensa. Disse que no momento em que houver



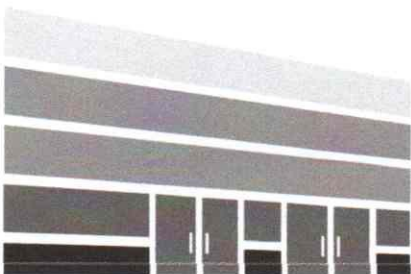
elementos, seja qual for o governo e quais forem os legisladores presentes, tem certeza de que nenhum se omitirá de seu papel de representar o povo no momento de autorizar uma investigação com apresentação de elementos contundentes. Reforçou que, no passado, esses elementos não foram apresentados e que, nesse momento, esses elementos também não estão sendo apresentados. Ponderou ser óbvio que a Câmara Municipal não vai assumir o risco de banalizar um instrumento tão importante, pois esse é um instrumento decisivo que pode inclusive cassar o mandato de um gestor municipal, e a Câmara Municipal tem muita responsabilidade em relação a isso. Concluiu reafirmando que, se no passado não foi aceito, é porque os elementos não eram suficientes, e se hoje algum for apresentado, mas não for aceito, será pelos mesmos critérios. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante pelos esclarecimentos e reforçou a situação do Cmei Tio Hermes: espera que o Poder Executivo, juntamente com a Secretaria de Educação, resolva a situação do Tio Hermes, pois caiu o telhado do nível 5, assim como pode cair parte do telhado do nível 3 e do nível 4. Finalizou seu pronunciamento registrando a cobrança para que fossem realizados os reparos na unidade escolar e que fosse resolvida a situação das merendas dos Cmeis e das escolas, pois, se isso não ocorresse, poderia haver um colapso, uma vez que as escolas começariam a liberar os alunos por falta de merenda para as crianças que tanto necessitam. O presidente agradeceu ao vereador Gabriel César e convidou o vereador Michael Diniz para ocupar a tribuna. O vereador iniciou seu pronunciamento relatando que no dia anterior havia sido chamado para fazer uma fiscalização na Unidade Básica de Saúde - UBS que fica ao lado do Caic. Ao chegar ao local, se deparou com uma cena triste e desmotivadora para quem trabalha naquele espaço ao perceber a situação em que se encontrava. Informou que um dos relatos que ouviu do próprio dentista que trabalha na UBS foi que, ao ligar o ar-condicionado pela primeira vez, saíram ratos de dentro do aparelho e que sequer houve uma higienização depois desse episódio. Acrescentou que foi recebido muito bem pelas recepcionistas e por um enfermeiro, já que havia apenas 1 (um) enfermeiro de plantão. Entretanto, ao abrir as salas e verificar as condições do local, a situação era cada vez pior, com presença de lagartixas, aranhas e baratas mortas, tudo largado. Comentou que um dos funcionários chegou a afirmar que aquilo era



normal. Para o vereador, parecia uma piada o que estava acontecendo ali. Além disso, não havia médico e as pessoas que estavam aguardando atendimento estavam indo embora devido à paralisação que estava acontecendo. Explicou que, após sua chegada, as pessoas passaram a ser atendidas e encaminhadas. Disse ainda que, infelizmente, os problemas não se resumiam a isso, pois um agente de saúde lhe questionou o motivo de ele estar filmando e fiscalizando, o que lhe causou surpresa, pois já havia visto pessoas reclamarem de políticos que não trabalham, mas reclamar de político que trabalha era a primeira vez. Explicou ao agente que havia sido chamado por um morador próximo, que denunciou que já era a terceira vez que ia tomar uma vacina e não conseguia atendimento. Com a sua presença, a pessoa conseguiu tomar a medicação. Relatou que o agente de saúde, então, perguntou se ele não tinha o que fazer, respondendo que era pago para aquilo, acrescentando que só não foi chamado de santo pelo servidor, ressaltando que tudo ficou gravado e registrado. Fez um apelo à professora Nilda para que as instalações da UBS sejam revistas, de modo a evitar que a população passe por situações vexatórias. Refletiu sobre o direito à liberdade que cada um tem, mencionando que nesta Casa Legislativa já se discutiu a questão de regulamentação das redes sociais e, apesar de ter sido xingado, ele prezava muito, como político, para que todos tivessem o direito de se expressar, mesmo que fosse uma crítica ou algo que considerasse besteira, como criticar um vereador em seu ato de fiscalização. Pontuou que o perigo começa quando se tenta regulamentar e dizer o que é bom ou ruim. Afirmou que, por mais que não concordasse com uma palavra que o agente de saúde tivesse dito, uma vez que estava extremamente alterado sem que se soubesse o motivo, ele se manteve firme e afirmou que continuaria filmando, pois ninguém poderia impedi-lo, já que se tratava de um ato de fiscalização, sendo a exibição das imagens um assunto diferente. Disse que compreendia que uma pessoa não quisesse ter sua imagem ou voz divulgada, mas reiterou que filmar era um ato legítimo de fiscalização e que isso não poderia ser impedido dentro de uma UBS por nenhum agente de saúde, diretor, vereador, prefeito ou presidente. Argumentou que, se fosse para ficar apenas sentado dentro do gabinete, não teria se tornado vereador, pois já teria saído e dado lugar ao suplente. Em aparte, o vereador Michael Borges parabenizou o tribuno



pelo trabalho de fiscalização, pois esse realmente era o papel do parlamentar e que, em sua opinião, todos os vereadores daquela Casa têm exercido esse papel. Acrescentou que se observava no trabalho de cada parlamentar que aquela era uma legislatura que saía dos gabinetes, pois não havia vereadores de gabinete, mas pessoas que realmente encampavam as lutas da cidade e das comunidades e que representavam muito bem o voto de cada eleitor que saiu de casa para depositar um voto de confiança nas urnas em seus mandatos. Declarou que lamentava o ocorrido com o tribuno em relação ao episódio envolvendo um agente de saúde, esclarecendo que sabia quem era o agente com quem o tribuno conversou, mas, como não estava presente no momento, não poderia saber exatamente o que foi dito e o que aconteceu. Destacou que em todas as categorias profissionais existem bons profissionais e outros que não são tão bons, não quer dizer que o agente de saúde com quem o tribuno conversou era um mau profissional, mas que buscaria informações a respeito do ocorrido, entraria em contato com essa pessoa para entender o que aconteceu e, se de fato houvesse algum tipo de falha ou conduta equivocada, que fosse feita uma retratação e que houvesse respeito pelo trabalho do vereador, que, sem sombra de dúvidas, tem realizado um trabalho diferenciado e combativo na cidade, sendo importante que o município conte com vereadores com esse perfil. Declarou que vivemos um momento de polarização política no Brasil e que o tribuno sabe muito bem o papel que desempenha e o que defende. Acrescentou que muitas vezes quem está do outro lado dessa polarização apresenta-se com ânimos mais exaltados. *Garantiu que buscará informações a respeito do que aconteceu e, em nome dos agentes de saúde, de toda a categoria, afirmou que isso não é um padrão, pelo contrário, os agentes de saúde realizam um trabalho de excelência comprovado pelos números do Ministério da Saúde.* Mencionou que houve naquele mês uma Audiência Pública que comprovou que, dentro da Atenção Primária, os agentes de saúde exercem uma produção tão intensa que, coletivamente, são responsáveis por 86% (oitenta e seis por cento) dos recursos que o município recebe para o custeio de toda a Atenção Primária, o que representa um valor expressivo graças ao trabalho desses profissionais. Declarou ter certeza de que, conhecendo a defesa das liberdades feitas pelo vereador Michael Diniz nos seus discursos no Plenário,



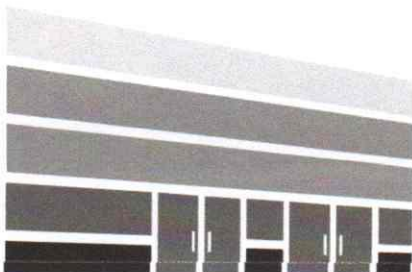
compreenderá os motivos que levaram a pessoa a tratá-lo daquela forma. Afirmou não concordar nem compactuar com qualquer tipo de destrato ou desrespeito e disse ter certeza de que o parlamento daquela Casa está ao lado do tribuno sempre que estiver exercendo suas prerrogativas, independentemente de quem esteja na outra ponta tentando impedi-lo. Finalizou afirmando ao vereador Michael Diniz que, em nome de todos os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias de Parnamirim, os quais representa, independentemente de terem votado nele ou não, pois ele faz parte dessa farda e dessa família, tenha a certeza de que esse não é um padrão de comportamento dos agentes, sendo um comportamento isolado e que não representa toda a categoria. O vereador Michael Diniz parabenizou o aparteante pelas palavras e afirmou ter plena convicção de que o citado agente não representa a classe. Disse que, ao andar por Parnamirim, ele vê os agentes de saúde nas ruas trabalhando, mas, infelizmente, houve esse episódio. Em sua opinião, uma simples retratação já seria suficiente, sem necessidade de mais nada. Informou que foi chamado para ir à Unidade de Pronto Atendimento - UPA, pois disseram que o aparelho de raio-x não estava funcionando, e, por isso, foi verificar pessoalmente, constatando que está funcionando. Disse que o que lhe surpreende, tanto na fala do vereador Gabriel César quanto na sua própria experiência, é que, ao visitar as unidades, sempre aparece alguém que diz que tem que parabenizar a gestão porque não tem carne, mas tem feijão, ou porque disseram que estava quebrado e não estava. Disse que não tem que parabenizar por isso, afirmando que a prefeita não faz mais do que a obrigação dela. Lembrou que fala muitas vezes que, ao ir ao mercado, um quilo de carne tem de 70% (setenta por cento) a 80% (oitenta por cento) do valor em impostos, assim como a gasolina, e que a população paga caro para ter esse serviço. Reforçou que não tem que parabenizar nenhum político, mas sim cobrar, e que não existe motivo para dar parabéns a governadora, presidente, vereador ou prefeito, pois quem está na ponta sofre. Opinou ser um absurdo chegar ao ponto de se dizer que não tem sequer um ovo para o aluno comer e, pelo valor que a população paga, se houvesse filé mignon para as crianças ainda seria pouco. Contou que acompanha alguns economistas no Instagram e um deles apresentou um cálculo simples mostrando que o Sistema Único de Saúde - SUS custa em



média R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por habitante, valor que inclui todas as pessoas. Sendo assim, questionou como que pagam esse plano de saúde caro todos os meses e irem discutir se o raio-x está funcionando na UPA ou se está superlotada, pois, pelo valor que se paga, o serviço deveria ser de excelente qualidade. Concluiu afirmando que colocar a UPA para funcionar 100% (cem por cento), atendendo a todos, independentemente de onde venham, é apenas obrigação, não havendo motivo para parabenizar ninguém. Disse que, se o gestor não souber ou não conseguir administrar, deve dar espaço para outro ou fazer parceria público-privada. Se for o caso, deixar a iniciativa privada administrar, pois tem certeza de que, quando há um empresário à frente, buscando lucro para sustentar sua família, não se permite prejuízo porque eles sabem o que precisam fazer. Em aparte, o vereador Gabriel César disse que o tribuno havia falado sobre a UBS do Caic, localizada no bairro de Rosa dos Ventos, e relatou que esteve nessa UBS no dia 23 de maio, após ter recebido uma denúncia, que dizia que estava faltando seringa e que os pacientes tiveram que ir comprar em farmácias, porque a Secretaria de Saúde, da gestão da professora Nilda, havia deixado faltar na UBS. Acrescentou que, em frente à citada UBS há uma farmácia e que recebeu relatos de pessoas que não tinham um real ou dois reais para comprar uma seringa, mesmo sendo um item de baixo valor, o que gerou indignação, pois estavam esperando para serem vacinadas. Destacou que sua fiscalização teve como objetivo saber como é que a prefeitura de Parnamirim deixou faltar seringa, um item básico e simples, de custo muito baixo. Expôs também que esta UBS não tem *mais condições de funcionar no local porque a estrutura é muito precária, sendo um prédio de escola estadual adaptado para ser UBS, mas sem condições de funcionamento.* Comentou que em Rosa dos Ventos existem outras áreas, inclusive uma que fica próxima à Lacerda Bebidas, com um terreno grande e que já existe um projeto pronto na Secretaria de Obras para ser uma UBS tipo porte 4. Assegurou que há possibilidade de mudança para outro local, mas que não é possível continuar com aquela UBS funcionando de forma precária e insalubre e ainda com falta de insumos, como havia sido constatado pelo tribuno. Disse que se soma à luta do vereador Michael Diniz na cobrança para que seja resolvido o problema daquela UBS. Disse acreditar que a única UBS em Parnamirim que não possui prédio próprio, funcionando



em prédio cedido é a UBS de Rosa dos Ventos. A nível estadual, destacou que o telhado da quadra do Caic cedeu totalmente, sem infraestrutura. Por fim, opinou que parece haver um padrão, tanto no governo estadual quanto no municipal. O vereador Michael Diniz disse que, como se podia ver, infelizmente essa situação estava acontecendo e declarou ter certeza de que o que estava faltando, na visão dele, era exatamente deixar de lado essa questão de querer aplausos, de querer ser artista e passar de fato a ser administrador e empreendedor no desenvolvimento da cidade de Parnamirim, que vem sofrendo tanto. Finalizou seu pronunciamento opinando que a maior saída para essa situação é a parceria público-privada. O presidente César Maia agradeceu ao vereador Michael Diniz e registrou que os parlamentares já conheciam o posicionamento da presidência. Independentemente de lado político-partidário, esta presidência e o Poder Legislativo de Parnamirim garantem o poder de fiscalização de todos os pares da Casa Legislativa. Disse que, diante de qualquer dificuldade, pode-se acionar o Poder Legislativo, que serão asseguradas as prerrogativas do parlamento em qualquer lugar do município de Parnamirim. Em seguida, o presidente convidou a vereadora Rhalessa de Clênio para ocupar a tribuna. A vereadora, de pronto, solicitou também o tempo da liderança e informou que falaria do próprio assento. Cumprimentou a todos e a plateia, em nome de Renata Cruz. Disse que iniciar a semana trazendo boas notícias renova a esperança de dias melhores e apontou, mais uma vez, que o radicalismo e o extremismo muitas vezes comprometem a efetividade das políticas públicas, pois quando as bandeiras partidárias continuam hasteadas e os palanques políticos continuam montados, a força política acaba ficando enfraquecida. Disse que retratava isso diante do diálogo que não existia no passado entre o Executivo Municipal e o governo do estado, ressaltando a força e a sensibilidade do governo atual diante de tantos desafios existentes na gestão pública de Parnamirim deixados pelo governo anterior, afirmando que isso precisa ser enfatizado porque não se tem presente nem futuro sem considerar o passado. Apontou que é necessário corrigir, e que estão corrigindo; é necessário dialogar com quem quer que seja, e que estão conversando, pois a bandeira maior precisa ser Parnamirim. Declarou que todo o trabalho, seja ele fiscalizatório, dentro das prerrogativas parlamentares, deve ser respeitado e que é



necessário um discurso firme, mas também sensível, diante dos gargalos. Ressaltou o problema da RN-316, estrada de Japecanga, tema que todos defendem, discutem e batem nas portas das autoridades. Informou que esteve no local no dia anterior, quando a obra foi autorizada e que o município está fazendo seu papel com muita responsabilidade, comprometimento e muito trabalho. Explicou que a Secretaria de Obras iniciou os trabalhos e que serão cerca de 600m (seiscentos metros) de manutenção viária, dos canteiros e da sinalização, sendo a contrapartida de responsabilidade assumida pela prefeita e autorizada pela governadora. Destacou que isso só aconteceu agora porque antes não havia motivação nem sensibilidade no atendimento do pedido relacionado àquela RN. Acrescentou que não falava apenas daquela RN, declarando que Parnamirim será transformada, e mencionou as estradas vicinais, rodovias e ruas como necessidades que estão no plano de governo da gestão. Disse que o trabalho precisa ser contínuo e enfatizado, mas que também é necessário falar das questões burocráticas existentes no processo da gestão pública, lembrando que nada se transforma do dia para a noite e que, apesar de desejarem mudanças rápidas, é preciso ter paciência, zelo e moralidade, pois estão fazendo e farão muito mais. Afirmou que a população precisava desse tipo de intervenção, principalmente no período chuvoso, que sempre ocasionava problemas, e que esperam que a partir desse ato de comprometimento da prefeita, não apenas a RN-316, mas outras situações também sejam melhoradas. Disse que não fala apenas da situação das vias, mas de toda uma problemática estrutural herdada, que será modificada. Ressaltou também a situação do loteamento Caminho do Sol, lembrando que algumas obras precisam ser executadas em períodos de sol e não no período chuvoso. Contou que esteve nesse loteamento no dia anterior acompanhando a operação tapa buracos, que será realizada, mas fez questão de ressaltar que alguns loteamentos foram entregues apenas com uma camada de asfalto, o que, diante da erosão, da chuva e do grande fluxo de veículos, torna inevitável o surgimento de buracos. Afirmou que Parnamirim é muito grande e tem muito trabalho e muitos desafios, mas que todos estão sendo enfrentados de frente, com respeito, moralidade e dedicação. Reforçou que são situações muito esperadas, mas que estão sendo dada prioridade, com muito trabalho, mesmo diante das dificuldades estruturais.



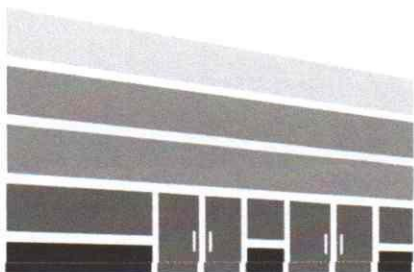
Reconheceu que o povo necessita que todos os segmentos da gestão pública funcionem. Acrescentou que naquele momento trataram da questão da infraestrutura das vias, mas também das escolas e das UBSs, que precisam de reformas, ampliações, novas construções e manutenções, garantindo que isso será feito porque está no plano de governo, e será executado. Declarou que, como já havia dito, é independente de discurso partidário, porque o trabalho bom é o trabalho feito. Reforçou que, apesar dos desafios, as coisas estão avançando. Disse ser necessário fazer comparativos. Sendo assim, destacou que a saúde mental em Parnamirim estava fragilizada há 1 (um) ano, sendo essa uma das bandeiras do seu mandato. Expôs que, no pós-pandemia, fez palestras em escolas e percebeu o aumento de casos de adoecimento mental, automutilação, indícios de depressão e ansiedade entre jovens e adolescentes e que, diante desse contexto, o mandato criou o Projeto Mente Ativa. Disse que o vereador Ítalo Siqueira não estava presente agora, mas lembrou que participaram da última Audiência Pública realizada nesta Casa voltada para a adolescência e que colocou o projeto social à disposição, destacando que todas as sextas-feiras é oferecido atendimento psicológico gratuito às pessoas que procuram. Ressaltou que esse trabalho tem um caráter humanitário, buscando ajudar as pessoas. Informou que na última quarta-feira, dia 9, os atendimentos psiquiátricos nos CAPS foram retomados, o que considerou uma vitória pela sensibilidade, compromisso e cuidado com as pessoas. Disse que é necessário enfatizar o trabalho, reconhecendo que todas as obrigações precisam ser cumpridas. É um fato. É o que todos desejam. Acrescentou que todos sonham com uma Parnamirim melhor, não apenas pensando em mandatos, mas em ver a cidade progredir com serviços públicos de qualidade. Enfatizou que é necessário agir e que estão agindo com comprometimento e responsabilidade. Considerou que a retomada do atendimento psiquiátrico é um recomeço e não um ponto final e que todos esses gargalos estão sendo reconstruídos. Demonstrou solidariedade à parlamentar Rafaela de Nilda que, em uma de suas prerrogativas, atendeu a um pedido de um cidadão e foi vítima de ataques nas mídias, assunto já mencionado pelo vereador Éder Queiroz. Disse que considera necessário haver uma reunião na presidência com a equipe de comunicação para dialogar com os blogueiros parceiros que fazem parte da



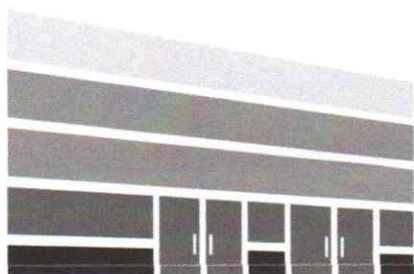
comunicação da Casa. Argumentou que a vereadora Rafaela de Nilda esqueceu apenas de falar da importância do momento histórico, lembrando que Parnamirim é uma cidade histórica e que é preciso trabalhar respeitando e enfatizando a história que passou pela cidade, o desejo de resgatar as raízes. Argumentou também que não se trata de lanche ou prato, mas sobre da história do município. Citou elementos como hambúrguer, chiclete, óculos Ray-Ban, Coca-Cola e calça jeans, afirmando que esse resgate histórico e cultural muitas vezes passa por iniciativas que chegam até os vereadores e que são apresentadas, como foi feito com o patrimônio histórico e, agora, com o festival que está sendo apresentado. Disse que é necessário falar da história, mas também do fomento à economia e aos movimentos populares nas comunidades, levando cultura, história e educação, conscientizando o povo da importância não só do trabalho de cada vereador, mas também do que pode ser extraído de bom dessas ações. Reforçou sua solidariedade à vereadora Rafaela de Nilda e ofertou seu apoio e voz, pedindo que não permita que nada nem ninguém abale sua estrutura ou sua saúde mental. Contou que também foi vítima de muitas situações, principalmente da maldade das mídias, mas que continua de pé e de cabeça erguida, acreditando que todos têm uma missão, que não pode ser prejudicada pela maldade alheia, e pediu que continuem mantendo o respeito na Casa. Anunciou que hoje foi iniciada a 6ª (sexta) Conferência Municipal das Cidades com o tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano, Caminhos para Cidades Inclusivas, Democráticas, Sustentáveis e com Justiça Social”, considerando esse um passo importante para discutir urbanização, sustentabilidade e pontos estratégicos para apresentar Parnamirim em âmbito nacional dentro de discussões urgentes e necessárias. Pontuou que a liderança solicitará providências quanto à situação da merenda escolar e reforçou que as prerrogativas e o trabalho técnico voltado para a CPI da educação na gestão passada não passou por situações políticas, destacando que o prefeito teve as contas reprovadas justamente por não atingir o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de destinação de trabalho na pauta da educação. Disse que a luta continua e que trabalharão para desenvolver Parnamirim para que seja uma cidade melhor para todos. Em aparte, o vereador Gabriel César disse acreditar que o serviço era fruto



da Audiência Pública realizada sobre a estrada de Japecanga, na qual alguns vereadores estiveram presentes junto com representantes da comunidade, cobrando providências. Explicou que participaram também os órgãos competentes, como o Departamento de Estradas e Rodagens - DER e a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern, justamente para que houvesse uma intervenção ou a liberação para que a prefeitura pudesse fazer o reparo no trecho onde houve o afundamento do asfalto. Informou que a obra começou desde o dia anterior, autorizada pelo governo do estado, e que a população está muito feliz com a execução do serviço, na expectativa de que resolva o problema de forma definitiva. Disse, no entanto, que discordava do momento em que foi dito que não houve diálogo e a questão de baixar as bandeiras políticas, pois, na sua opinião, isso foi uma decisão da própria governadora Fátima Bezerra. Explicou que, mesmo tendo sido provocado o DER e a Caern, além da cobrança por parte da comunidade e dos vereadores, a governadora passou mais de 6 (seis) anos para autorizar, só liberando agora para a prefeitura fazer o tapa-buraco, questionando o motivo de só ter autorizado agora. Indagou o motivo pelo qual a governadora não fez o serviço por todo esse tempo, já que não havia liberado para a prefeitura fazer o serviço, resultando em acidentes graves no local, incluindo 2 (dois) jovens dos residenciais Engenho 1 e 2, que, em um acidente de moto perderam cada um uma perna. Segundo um morador, há mortes frequentes na rodovia e questionou se a governadora realmente desconhecia esses problemas e a necessidade urgente de intervenção. Questionou porque não fez a obra, se havia um problema de diálogo com a Prefeitura de Parnamirim. Reforçou esse questionamento, dizendo que ela deixou a situação chegar ao ponto de pessoas se acidentarem e terem prejuízos em seus veículos e só agora, 1 (um) ano antes da eleição, por ser pré-candidata ao Senado, autorizou a obra. Ressaltou que esse é o questionamento: por que não liberou antes, há 2 (dois) ou 3 (três) anos, para resolver o problema? Acrescentou que ela esperou pessoas morrerem e se acidentarem e perguntou se a governadora estava realmente preocupada com Parnamirim ou se seu intuito era apenas político, querendo mostrar serviço agora. Declarou achar muito estranha essa atitude e disse que isso causa grande estranheza, mas que, vindo do PT (Partido dos Trabalhadores), não causa surpresa,



pois, segundo ele, só pensam em projetos individuais. Por fim, disse que, embora a execução da obra esteja sendo feita, espera que o estado realmente cumpra com o recapeamento de toda a RN-316, e afirmou que irão acompanhar de perto. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes disse que, graças a Deus, existem algumas informações positivas, mas que fica muito preocupado quando a vereadora Rhalessa de Clênio fala em transformar Parnamirim porque, segundo ele, essa transformação já está sendo vista, infelizmente, para pior, e que, quando isso é frisado, o sinal de alerta fica ainda mais ligado. Disse concordar com a vereadora quando fala da importância de baixar as bandeiras políticas e desarmar os palanques, mas o que se enxerga é por parte do Executivo. Relatou que já trouxe diversas situações e poderia elencar: uma das razões é um vereador não ser atendido por não apoiar ou não estar na base do governo. Argumentou que, se for para desarmar os palanques e tirar as bandeiras políticas, isso precisa começar a partir do Executivo. Ressaltou que, quando cobra algo na tribuna, não é um pedido individual ou do gabinete, mas um pedido da população, que precisa ser atendido. Disse ser “engraçado” ver que a burocracia só foi conhecida agora, porque o que mais se falava anteriormente era que não faltava dinheiro, faltava gestão. No entanto, agora, toda falta está sendo justificada em razão da burocracia: a merenda escolar, a falta de fardamento, ruas esburacadas e sem asfalto e os carros pesados. Questionou se a burocracia começou apenas em 1º de janeiro. Disse que foi bom ter ocorrido a Conferência das Cidades, mas lembrou que a data inicial já tinha sido divulgada por decreto e que a gestão municipal esqueceu de realizá-la, sendo necessária a mobilização da sociedade civil porque, mesmo tendo publicado o decreto, o município não cumpriu o prazo. Informou que, no Diário Oficial de hoje, foi publicado um novo decreto convocando a 1ª (Primeira) Conferência Municipal da Mulher, destacando que naquele momento era dia 15 de julho e a conferência foi marcada para o dia 23 de julho, ou seja, restando apenas 1(uma) semana para mobilizar a população e organizar o evento, o que, segundo ele, demonstra que não há interesse em que a população, principalmente as mulheres, participem efetivamente, visto que não há tempo hábil. Por fim, falou sobre a questão da porcentagem dos investimentos em educação na gestão anterior e alertou que a gestão atual também deve manter o sinal de alerta ligado, pois, de acordo com



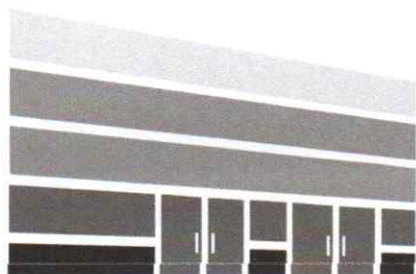
dados do Tribunal de Contas do Estado - TCE, o percentual também está abaixo do mínimo exigido. Agradeceu. A vereadora Rhalessa de Clênio declarou ter ouvido atentamente os discursos e disse que o serviço não só é fruto de uma Audiência Pública, mas também da integralidade, do discurso de defesa e de vários parlamentares desta Casa, concluindo que todos os vereadores demonstravam o desejo de acertar e de fazer com que as coisas aconteçam. Afirmou que gargalos, dificuldades e fragilidades sempre irão existir e que erros podem acontecer de forma pontual, pois isso é natural do ser humano, mas enfatizou que a intenção maior é acertar. Explicou que, quando fala que não existia conversação, sensibilidade e desejo de aproximação entre o governo municipal e o estadual, isso todos sabiam, afirmando que foi um ato político, mas ressaltou que isso está sendo corrigido, pois agora haverá diálogo com políticos de direita, de esquerda e de centro, com o objetivo de transformar Parnamirim em um polo de crescimento, desenvolvimento, reajustes e correções. Acredita que esse é o desejo de todos e citou como exemplo que, se não fosse assim, a prefeita não teria visitado o deputado Gonçalves e o senador Styvenson. Disse achar necessário trabalhar, avançar, desejar o crescimento, apontar erros e corrigi-los. Dirigindo-se ao vereador Thiago Fernandes, declarou que, quando ele solicitou condições de pagamento da sua emenda parlamentar, ela foi a primeira a dizer que lutaria por isso, lembrando que a prefeita fez o pagamento, mesmo ele sendo de oposição ao governo. Explicou que, quando fala em memória seletiva, refere-se justamente às atitudes e gestos positivos que acontecem, mas que algumas pessoas só focam no negativo e nos erros. Afirmou que é preciso reconhecer quando há uma iniciativa ou uma autorização da prefeita. Assegurou que estão ali não para penalizar as pessoas, mas para fazer com que as políticas públicas aconteçam, as coisas avancem e os discursos sejam transparentes. Disse estar na Câmara Municipal para lutar, defender e trabalhar, independentemente de liderança, pois seu mandato nasceu de um forte desejo popular. Acrescentou que seu pai passou pela Casa por 2 (dois) mandatos e que ela está em seu 3º (terceiro) mandato, com raízes políticas, tendo passado pela base governista e pela oposição, sempre desempenhando o trabalho com coragem, determinação e respeito, mostrando que é necessário haver um parlamento unido, com responsabilidade e firmeza. Em



aparte, o vereador Michael Borges parabenizou a vereadora Rhalessa de Clênio, bem como aos demais vereadores, pela riqueza dos debates. Disse que uma coisa era indiscutível: que todos viam na vereadora uma pessoa de muita garra, determinação e coragem para defender aquilo em que acredita. Aproveitando o momento, mencionou a presença das profissionais do Laboratório Central de Parnamirim, presentes à Sessão, e que elas lhe informaram que passariam nos gabinetes de todos os vereadores. Explicou que as profissionais estavam ali, já passando do meio-dia, porque saíram do laboratório para pedir socorro, afirmando que a forma como estão sendo tratadas no local de trabalho não é adequada. Contou que, segundo o relato delas, hoje faltou profissional na maternidade e, por isso, foram obrigadas a sair do laboratório para trabalhar na maternidade. Explicou que elas têm conhecimento suficiente para narrar os fatos. Afirmou que pediu um aparte porque, diante da garra e coragem da oradora, por ser líder do governo e ter bom trânsito junto à gestão, queria fazer um apelo para que a vereadora ajudasse a dirimir essas questões relacionadas ao laboratório, solicitando que, ao término da Sessão, ela recebesse as profissionais para, junto com a gestão, tentar encontrar um caminho de equilíbrio que diminuísse as pressões que elas vêm sofrendo. Acrescentou que, inclusive, elas estão prestes a ter a carga horária alterada; que prestaram concurso para 40 (quarenta) horas semanais, mas há tempos a jornada estabelecida é de 6 (seis) horas diárias, devido à dinâmica de trabalho do laboratório. Observou que somente quem visita o local entende a realidade daquele trabalho e que, durante a pandemia, o laboratório foi responsável por salvar toda a população de Parnamirim. Ressaltou que o ambiente é um local onde boa parte dos profissionais prefere não estar, porque ali se faz análises de doenças infectocontagiosas, sendo um trabalho pesado que merece atenção diferenciada. Renovou o apelo não só à líder do governo, mas também aos demais vereadores, e explicou que, apesar de não ser o tema trazido pela vereadora, aproveitava a oportunidade da presença das profissionais, que estavam há bastante tempo aguardando na Casa para tentar conversar com os parlamentares e pedir socorro. Em aparte, o vereador Rodrigo Cruz parabenizou os parlamentares pelos bons debates, envolvendo temas como educação, saúde e infraestrutura. Disse que não entraria no mérito de comparar gestões anteriores com a



atual, mas que é preciso avançar. Na educação, destacou como ponto positivo a descentralização da merenda escolar, conforme sugestão do vereador professor Ítalo Siqueira, a criação do setor de CPL na educação e também o setor de engenharia. Declarou que o Poder Executivo poderia ouvir mais a Casa Legislativa, uma vez que ela representa a voz do povo e, segundo ele, a voz do povo é a voz de Deus. Acrescentou que o Executivo deveria dar mais atenção a essa Casa. Sobre a saúde, relatou estar satisfeito pelo funcionamento do aparelho de raio-x, informando que esteve no local para fiscalizar e que, em média, 80 (oitenta) pessoas por dia são atendidas por esse equipamento, ressaltando que os prejuízos são enormes quando ele deixa de funcionar. Parabenizou também a gestão pelos avanços na infraestrutura, mencionando as obras na RN-316 e, na comunidade do Caminho do Sol, pediu à vereadora Rhalessa de Clênio que retome as obras. Relatou que esteve no local no dia anterior, registrou em vídeo e constatou a necessidade de continuidade das obras, considerando que as condições climáticas estão favoráveis. Finalizou parabenizando novamente a todos pelos bons debates, destacando que a Casa Legislativa é plural, composta por segmentos de direita, esquerda e centro, e afirmou que essa diversidade de opiniões contribui para o avanço do município. Em aparte, o vereador Marquinhos da Climep disse que seria breve e mencionou que vêm acompanhando, mora na região da RN-316 e conhece as dificuldades que aquelas comunidades enfrentaram. Disse que, quando se percebe que as coisas começam a funcionar, a palavra de agradecimento é válida e positiva em qualquer situação. Afirmou que é necessário agradecer a todos os envolvidos, incluindo a Câmara Municipal por proporcionar Audiências Públicas e reuniões, nas quais participaram. Destacou a coragem da prefeita Nilda em dialogar com o governo do estado para destravar uma situação que estava parada havia 8 (oito) anos e que era cobrado esse serviço pelo mesmo tempo. Enfatizou que, se houve conserto, é preciso agradecer, pois não há motivo para não agradecer à Casa, à Prefeitura e aos secretários, que se sentaram com a Câmara Municipal para ouvir. Portanto, é assim que deve ser feito, agradecendo em nome do povo de Parnamirim, pois essa é a função dos vereadores; e quando não se faz, é preciso cobrar diariamente. Dirigindo-se ao presidente, solicitou, em concordância com a proposta do



vereador Michael Borges, para que os vereadores ouçam os profissionais do laboratório, convidando todos os vereadores para, logo após a Sessão, irem à presidência ou permanecerem no Plenário, a fim de ouvir estes profissionais. Em aparte, o vereador Diego Américo disse estar muito feliz com o debate do dia e que também ficou satisfeito ao ouvir a fala do vereador Michael Diniz, que relatou o bom funcionamento da UPA e a fala do vereador Rodrigo Cruz sobre a solicitação dele referente ao Caminho do Sol, que está sendo executada. Parabenzou a vereadora Rhalessa de Clênio e acrescentou que conhece a luta do vereador Gabriel César pela RN-316, em Japecanga, mas também foi testemunha do momento em que viu a governadora Fátima Bezerra pegar na mão da vereadora Rhalessa de Clênio e dizer que a questão estava resolvida. Obviamente, a prefeita Nilda tem total parceria na condução dessa reconstrução. Expressou seus agradecimentos, pois quem ganha com isso é a população, a Casa Legislativa e todos os moradores da região. Acrescentou que, em breve, terão diversas outras conquistas. Finalizou parabenizando e agradecendo. A vereadora Rhalessa de Clênio agradeceu a todos os vereadores que falaram anteriormente e destacou que participaram do anúncio da segunda etapa das estradas e rodovias que serão recuperadas no Rio Grande do Norte, mencionando que Parnamirim foi contemplada nesse contexto, especialmente na RN-316, com 15 km (quinze quilômetros), de Japecanga até o Mendes, que serão recuperados, sinalizados e revitalizados. Afirmou que isso é resultado do comprometimento de uma gestão sensível e com desejo de progresso. Ressaltou a importância da Câmara Municipal nesse processo, não apenas por meio dela, pela sua bandeira de defesa e articulação, mas também por meio de todos os parlamentares que foram sensíveis não só à RN-316, como a outras demandas que precisam da atuação parlamentar. A vereadora Rhalessa de Clênio finalizou seu pronunciamento colocando-se à disposição para que o trabalho aconteça. Questão de ordem, o vereador Thiago Fernandes, como foi citado anteriormente, disse que considera que o trabalho não é exclusividade de quem fez a fala anterior, mas de todos os vereadores, destacando que, pelo menos no seu caso, acorda diariamente para trabalhar em prol de Parnamirim. Sobre as emendas parlamentares, explicou que não se trata de um favor da gestão municipal, mas do cumprimento de uma lei. Acrescentou que insistiu pessoalmente,



falando tanto na tribuna, bem como diretamente com os secretários, para que os recursos fossem liberados, relatando que na semana anterior a equipe quase ficou novamente sem receber o recurso, que só foi liberado na véspera da viagem, após ficar cerca de 40 (quarenta) dias parado na caixa de entrada da gestora municipal. Ressaltou que, por causa desses atrasos, outros atletas deixaram de competir por falta de repasse. Afirmou que isso não foi nenhum favor, mas o cumprimento de uma lei apresentada por seu mandato, aprovada pela Casa Legislativa e incorporada à Lei Orgânica do Município. Concluiu afirmando que, caso a lei não seja cumprida, existem meios jurídicos e legais para responsabilizar a gestão municipal. Finalizou dizendo que seu trabalho é sério, que conhece suas responsabilidades e também os seus direitos. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki (2º secretário), Gabriel César de Oliveira Siqueira, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Raphaela da Silva Cruz, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos e Rodrigo Albuquerque Cruz. Ausente a vereadora Rárika de Araújo Bastos. O presidente informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, José Afrânio Bezerra da Silva, José Michael Lucena Diniz, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Raphaela da Silva Cruz, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva, Sérgio Murilo Muniz de Araújo e Thiago Fernandes da Silva. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu-se à votação das matérias, colocando em 2ª (segunda) discussão, em 2ª (segunda) votação: Projeto de Lei n. 176/2022 – “dispõe sobre o Programa de Conscientização e Controle do Diabetes em Crianças e Adolescentes matriculados nos estabelecimentos de educação infantil e de ensino



fundamental da rede pública municipal de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 117/2024 – “institui a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno - promoção 3D, no município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 027/2025 – “proíbe o consumo de bebida alcoólica dentro do transporte público municipal de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira) – recebeu 18 (dezoito) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e 1 (uma) abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 056/2025 – “reconhece de utilidade pública o Instituto Verbo Social” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 062/2025 – “dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Prevenção e Combate à Hipertensão Gestacional e à Pré-eclâmpsia no município de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador César Augusto de Paiva Maia) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 069/2025 – “institui o Dia de Conscientização à Trombofilia no Calendário Oficial de Eventos do Município de Parnamirim/RN e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 098/2025 – “cria a Semana Municipal do Jovem Empreendedor, no âmbito de Parnamirim/RN, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Lei n. 128/2025 – “institui o Dia Municipal do Radiologista no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN, e dá outras



providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Marcos Antônio Gomes da Silva) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Em única discussão, em única votação: Projeto de Decreto Legislativo n. 07/2025 – “concede Títulos de Cidadãos Honorários Parnamirinos, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora) – recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Decreto Legislativo n. 010/2025 – “concede a Comenda do Mérito Alberto Santos-Dumont ‘Pai da Aviação’, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora) – em discussão, o vereador Ítalo Siqueira acrescentou que essa comenda será entregue no dia seguinte, às 14h, nesta Casa. Explicou que quem faz as indicações é a Base Aérea. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo n. 010/2025 recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Projeto de Resolução n. 023/2023 – “institui a Frente Parlamentar Evangélica no âmbito da Câmara Municipal de Parnamirim, e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadores Gabriel César de Oliveira Siqueira e Wolney Freitas de Azevedo França (ex-vereador) – o presidente César Maia constatou inconsistência no sistema e passou a fazer a votação manual. Sendo assim, o Projeto de Resolução n. 023/2023 foi aprovado por unanimidade dos presentes. Posteriormente, o sistema registrou a votação - recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Moção de Aplauso n. 107/2025 – “À Sra. Jussara Milena Silva Veloso, em reconhecimento à sua trajetória inspiradora e ao seu incansável compromisso com a promoção da equidade racial, de gênero e inclusão social em nosso município” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Raphaela da Silva Cruz) – aprovado por unanimidade dos presentes. Posteriormente, o sistema registrou a votação - recebeu 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Encerradas as deliberações, foi constatado que restou faltosa a vereadora Rárika de Araújo Bastos (justificada). Ato contínuo, o presidente reforçou o convite para a Sessão Solene de entrega da Comenda de Honra ao Mérito Alberto Santos Dumnot, às 14h, na Câmara



Municipal. Também informou que, naquele momento, seria entregue a Moção de Aplauso n. 101/2025, propositura do vereador Afrânio Bezerra. Nada mais havendo a tratar, o presidente César Maia declarou encerrados os trabalhos às doze horas e quarenta e dois minutos, convocando outra Sessão para o dia seguinte, dezesseis de julho, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.



**CÉSAR AUGUSTO DE PAIVA MAIA**

Vereador/Presidente



**JOSÉ MICHAEL LUCENA DINIZ**

Vereador/2º Vice-Presidente



**THIAGO FERNANDES DA SILVA**

Vereador/1º Secretário



**EURICO SHIGEYUKI DOS SANTOS SHIIKI**

Vereador/2º Secretário

